DeepL

Assine o DeepL Pro para traduzir arquivos maiores.
Mais informações em www.DeepL.com/pro.

Dez anos após Paris: Perspectivas de transição – BRASIL

Trajetória das emissões desde o Acordo de Paris

As emissões aumentaram de 1,5 $GtCO_2e$ (2015–18) para >2,0 $GtCO_2e$ (2019–22) devido ao desmatamento, e depois voltaram a cair para 1,7 $GtCO_2e$ em 2025, após a retomada da fiscalização.

Progresso

Uso da terra: principal fator setorial da dinâmica de mitigação de GEE A evolução das políticas de desmatamento explica as variações nas emissões totais de GEE do país. Mais recentemente (2022–2025), **as emissões caíram para 1,7 $GtCO_2e$**, graças a novos esforços de proteção florestal. Os níveis atuais de emissões estão 0,4 $GtCO_2e$ acima da meta do NDC para 2025 (1,32 $GtCO_2e$), o que representa uma redução de 33% em relação aos níveis de 2005 (contra uma meta de redução de 48%).

Novo impulso à mitigação após o restabelecimento de um manejo florestal rigoroso
Desde 2023, o Brasil vem implementando uma **combinação de medidas de comando e controle e instrumentos econômicos, resultando em uma redução de 40% no desmatamento anual da Amazônia** e revertendo as tendências anteriores. Esses avanços proporcionaram rápidas reduções nas emissões, ressaltando o papel central da governança do uso da terra na trajetória climática do Brasil.

Um sistema energético de baixo carbono já amplamente implementado
O perfil de emissões do Brasil **difere acentuadamente da maioria das grandes economias**: o setor AFOLU é responsável por quase 70% das emissões, enquanto o setor energético representa apenas 20,5%. Devido às políticas de diversificação implementadas na década de 70, as energias renováveis representam 88% da geração de energia elétrica e constituem 50% da matriz energética.

Fatores facilitadores

O setor de energia liderou o progresso setorial durante a década do Acordo de Paris graças às energias renováveis e aos biocombustíveis
A acentuada redução nos custos da energia solar fotovoltaica e eólica impulsionou a participação dessas duas fontes na matriz energética, que agora responde por 75% do crescimento anual atual na geração de energia. Na vanguarda do **desenvolvimento de combustíveis limpos, a produção e o uso de biocombustíveis** quase triplicaram na última década. Novas regulamentações aumentaram a participação dos biocombustíveis nas misturas com óleo fóssil.

Pacotes de políticas estão vinculando os objetivos climáticos e de desenvolvimento. Políticas abrangentes econômicos e políticas que alinham a diversificação industrial estão possibilitando a implantação de energia limpa, incluindo licitações específicas para baterias conectadas à rede e garantia de compra de energia para painéis fotovoltaicos instalados em telhados. Investimentos apoiados pelo governo têm assegurado a fabricação nacional de equipamentos e infraestrutura de energia limpa.

Incorporando as ações climáticas ao planejamento de desenvolvimento de longo prazo
Novos pacotes de políticas articulam uma visão de longo prazo que vincula a ação climática à produtividade, à política industrial e à infraestrutura. As principais iniciativas incluem o **Plano de Transformação Ecológica** e os planos setoriais de mitigação no âmbito da NDC 2024. O LT-LEDS brasileiro, em fase de elaboração, consolidará uma abordagem holística de longo prazo.

Ferramentas financeiras essenciais para atividades econômicas compatíveis com o clima Durante o atual mandato presidencial, o Brasil criou **novas ferramentas financeiras para mobilizar investimentos públicos e privados de longo prazo**. As iniciativas que visam promover o investimento verde e reduzir os custos de capital para projetos favoráveis ao clima incluem a Plataforma Brasileira de Investimentos (para atrair IED) e o desenvolvimento de uma taxonomia verde.

Principais transformações necessárias em setores-chave

Uso da terra e agricultura
Eliminação sustentável **do desmatamento ilegal**, restauração florestal em grande escala e ganhos de produtividade na pecuária para reduzir as emissões de CO_2 e metano, ao mesmo tempo em que se aumentam os sumidouros de carbono.

Eletricidade e sistemas energéticos
Reforço da rede elétrica, implantação de sistemas de armazenamento e reforma regulatória para integrar plenamente a crescente capacidade eólica e solar, evitando restrições de geração e minimizando a dependência de novos combustíveis fósseis.

Uma nova economia de baixo carbono como caminho para a reindustrialização
Conforme descrito na mais recente política industrial nacional (Nova Indústria Brasil), buscará-se a expansão da indústria de baixo carbono por meio do aumento da produção e do uso de biocombustíveis, hidrogênio verde e combustíveis sustentáveis para aviação. **O desenvolvimento de indústrias de manufatura limpa e a implantação de uma nova economia** devem se basear na vantagem do Brasil em energia renovável.

Barreiras

O desmatamento persistente, devido à aplicação desigual da legislação e ao lento progresso na redução das emissões de metano, está prejudicando as trajetórias de emissões líquidas zero
A ocupação ilegal de terras públicas, a fraca fiscalização e a lenta implementação de políticas continuam a dificultar o aumento dos sumidouros de carbono pela silvicultura, um elemento-chave dos esforços de mitigação. Grandes áreas de terras degradadas permanecem vulneráveis a um maior desmatamento. As reduções de emissões dependem de medidas voluntárias e de iniciativas fragmentadas na cadeia de suprimentos, com cobertura limitada das emissões indiretas decorrentes da mudança no uso da terra. As emissões de metano da pecuária continuam, em grande parte, sem ser abordadas pela política federal.

Limitações de infraestrutura e regulatórias no sistema elétrico
O rápido crescimento da energia eólica e solar expôs as limitações da rede elétrica. Em 2024, 18 TWh de geração eólica e solar (aproximadamente 11% da produção potencial) foram restringidos devido à insuficiência de armazenamento, restrições de transmissão e atrasos regulatórios.

Interesses conflitantes em torno da produção de combustíveis fósseis
Os potenciais benefícios de curto prazo da produção offshore de combustíveis fósseis estão aumentando a pressão política para a construção de infraestrutura energética ineficiente em termos de custo, com consequentes altos riscos de dependência e de prejudicar a transição para uma economia verde.

A coordenação intergovernamental é um desafio
Os principais obstáculos dizem respeito à **coordenação intragovernamental**, já que a governança da transição está dividida entre diferentes ministérios. As principais áreas que exigem uma coordenação mais estreita incluem o planejamento plurianual, as diretrizes de MRV e processos robustos de engajamento das partes interessadas para garantir uma integração sólida entre ciência e políticas.

Confira o capítulo completo sobre o Brasil do Relatório DDP 2025